

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



NA SOCIEDADE RECREATIVA E DE ESPORTES DE RIBEIRÃO PRETO

Ribeirão Preto, SP 27 de fevereiro

O oeste paulista é uma lição de esperança e um modelo de progresso para todo o Brasil.

13 de fevereiro — A produção industrial do Nordeste, no ano passado, teve um crescimento da ordem de 9,5%.

Minhas primeiras expressões são de agradecimento pela sinceridade e franqueza das palavras que acabo de ouvir. Pronunciadas por figuras eminentes na criação e neste primeiro ano de existência da Nova República, como o governador Franco Montoro, elas muito me honraram e sensibilizaram, porque trazem consigo o lastro da importante cultura política e da admirável experiência administrativa que colocam São Paulo na vanguarda do progresso econômico, social e político do País.

Sinto-me especialmente honrado pelo convite que me trouxe a esta pujante cidade do oeste paulista, construída com o suor do trabalho abnegado que fez de toda a região da antiga Mojiana um dos mais prósperos e dinâmicos centros de irradiação do desenvolvimento brasileiro desde as primeiras décadas do século.

Importante centro industrial, comercial e agropecuário de São Paulo e do Brasil, Ribeirão Preto e sua zona geoeconômica, como grande parte do interior paulista, são a prova acabada de que é possível dar ao desenvolvimento econômico uma dimensão social, expressa na progressiva diminuição dos grandes abismos que ainda caracterizam, no Brasil, a distribuição social e regional da renda e o acesso aos benefícios do progresso material e cultural.

A prosperidade, o apego aos valores do trabalho e da produção e o crescente bem-estar social que identificam cada dia mais esta região renovam aos meus olhos a confiança em que o Brasil conseguirá, com o concurso de todos, expandir pelas áreas mais afetadas pelo atraso e pela pobreza um modelo mais justo e harmonioso de desenvolvimento econômico e social.

Vim a Ribeirão Preto não para descerrar placas ou participar de atos simbólicos, mas para exercitar, como chefe de um governo democrático, aquela que deve ser a virtude maior do governante: dialogar, ouvir opiniões e trocar consultas.

Nesta movimentada manhã de trabalho, tive a oportunidade de manter conversações com os mais variados setores ligados à administração e à produção desta grande cidade e de toda a sua região. Ouvi prefeitos e pude obter o relato dos problemas sensíveis que existem no nível municipal, tão próximo da vida cotidiana de toda a sociedade. Recebi trabalhadores e empresários, com seus representantes sindicais, cujas reivindicações e sugestões têm um caráter exemplar, por estarem ligadas diretamente a atividades econômicas rurais e urbanas que fazem desta região uma síntese de todo o País.

Mas não me limitei a ouvir; pude, por meu lado, levar a esses setores a palavra, as preocupações e os planos do Governo. Do conhecimento mútuo, do entendimento em torno do princípio basilar do diálogo e da negociação, surgem as condições reais para promover a conciliação de interesses sociais que permita ao País superar seus obstácu-

los, enfrentá-los com a melhor arma de que pode dispor uma Nação que quer mudar — o consenso.

Esse consenso se torna mais necessário diante da magnitude dos problemas e dos desafios a enfrentar, no presente e no futuro, para lançar o País no rumo de seu progresso político, social e econômico.

Já percorremos um longo caminho na devolução do pleno exercício da cidadania ao povo brasileiro. A participação fez-se realidade concreta nas praças públicas, na representação parlamentar, no diálogo permanente aberto entre o Governo e a sociedade, de que temos aqui um exemplo nas conversas desta manhã. Temos agora, diante de nós, o caminho livre e desimpedido para que se complete a tarefa política que animou o Brasil na nova e importante etapa de sua História, iniciada com a vitória da chapa da Aliança Democrática, em 15 de janeiro de 1985.

O programa da Aliança Democrática e o compromisso que lhe deu estrutura no plano federal são a base indispensável sobre a qual se funda a ação do Governo. Eles são o consenso mínimo que nos permitiu avançar tanto no plano político e dar importante passos no plano econômico e social. Nossa tarefa ainda não se concluiu; muito resta a fazer. Os obstáculos e dificuldades eram previsíveis. O ônus de governar acompanha necessariamente a satisfação pelas metas alcançadas e pelo cumprimento de compromissos. A ninguém é dado pensar que a tarefa de governar o Brasil é fácil e os resultados a obter, imediatos. Por isso mesmo, os compromissos políticos devem ter a marca da permanência, para não terem o estigma do fisiologismo.

Aproxima-se o evento fundamental, que mudará e modernizará a face institucional do País. A Assembléia Nacional Constituinte tem por desafio consolidar, na Lei máxima da Nação, o consenso de todos os brasileiros em torno de seu projeto político e social, e de dotar o Estado brasileiro não de instrumentos teóricos, mas de metas precisas, de diretrizes básicas e de balizas que lhe permitam estar permanentemente ao serviço de toda a sociedade que lhe dá sentido. Encontramos, no plano econômico e social, a difícil herança de uma economia em recessão, que fechava as portas à esperança e as abria ao desassossego social, e de uma imensa dívida social junto aos setores mais desfavorecidos da sociedade brasileira.

Sabíamos que esses eram desafios grandes a serem enfrentados com determinação, com austeridade, com espírito de sacrifício e com a aberta e franca colaboração de todos.

O Governo fez então uma inequívoca opção pelo crescimento econômico e colocou a prioridade social como linha mestra de sua ação.

Os resultados aí estão, e não são insignificantes: devolvemos a esperança e a confiança ao povo brasileiro; o Governo engajou-se em programas sociais de envergadura, procurando suprir a carência de recursos com inventividade e com a colaboração da comunicade; a economia cresceu, houve ganhos reais nos salários, o nível de emprego aumentou, a soberania nacional e os interesses brasileiros prevaleceram na gestão da política econômica.

Se há aparente desproporção entre as realizações que reverteram o quadro das expectativas nacionais e o grande número das aspirações dos diversos setores da vida brasileira, convém lembrar sempre que estamos num período em que, pela própria natureza do processo político que vivemos, vieram à tona reclamos e anseios reprimidos por muitos anos.

O Brasil que todos desejamos construir não permite, hoje, reivindicações irrealistas, nem pode tolerar que o esforço coletivo para a manutenção do crescimento econômico e para uma paz social mais justa seja prejudicado por demandas excessivas de setores localizados. A legitimidade de muitas dessas reivindicações não pode fazer-nos perder de vista o conjunto dos interesses nacionais.

O combate à inflação, hoje o mais insidioso obstáculo às aspirações de progresso e desenvolvimento social do País, exige rigores que nos permitam atacar o mal e ao

mesmo tempo manter o crescimento e a plena retomada das atividades produtivas.

O Governo está empenhado em que o controle e a progressiva redução da inflação não tragam mais privações aos pobres e desfavorecidos. Essa visão social, contudo, não se confunde com fraqueza ou falta de determinação. A sociedade reclama de todos que compreendam que a vitória sobre a inflação é o interesse maior, acima dos lucros imediatos e dos ganhos especulativos.

Todo esse empenho engaja também o setor público, e não apenas na esfera federal, mas também no âmbito estadual e municipal. Os compromissos com a austeridade, com a eficiência governamental, com a redução do déficit público, com a utilização conscienciosa dos recursos, permeiam todos os estratos da administração pública, direta ou indireta.

O êxito do Governo é uma vitória de toda a sociedade, e sua ação não pode prescindir do apoio e da cooperação de todos os setores, da iniciativa privada, dos trabalhadores, dos funcionários públicos, dos estudantes, das donas de casa.

A política industrial, a política agrícola, a gestão do aparelho estatal têm por objetivo, em meu Governo, valorizar a iniciativa privada, o trabalho e a produção, em detrimento da especulação financeira e das distorções que afetam o abastecimento.

Empenhado na valorização do homem e da produção e no desenvolvimento social, o Governo traçou, como uma de suas diretrizes, um plano de reforma agrária.

Sinto-me à vontade para falar dessa meta-síntese do Governo e do projeto nacional brasileiro numa região que deve grande parte de sua prosperidade à riqueza do campo, à variedade das suas culturas, aos altos índices da sua produtividade agrícola. A reforma agrária é um incentivo à produção; é uma condição para o aumento da oferta de alimentos e para a ampliação da área plantada no País, necessários para debelar a fome e combater de forma eficaz a inflação e a carestia; é uma medida de justiça e segurança social, que visa a fixar o homem à terra, dando-lhe condi-

ções de participar do processo produtivo em vez de ir marginalizar-se nos grandes centros urbanos.

Temos de modernizar o Brasil onde ele é ainda arcaico e desequilibrado. Que grande vitória se pudéssemos um dia, oxalá não muito distante, fazer deste imenso território um grande «interior paulista» em matéria de riqueza e de progressivo desenvolvimento social! É o que sinto ao deitar a vista nestes horizontes, ao ver a promessa de redenção tornada realidade pelo trabalho e pela participação.

Levo, pois, a Ribeirão Preto a experiência enriquecedora dos contatos proveitosos que aqui mantive. Levo também a certeza de ter visto, pela natureza das idéias aqui debatidas, o Governo mais próximo da sociedade, na discussão de problemas concretos e de políticas voltadas para o bemestar geral.

Estou seguro de que esta prática, tornada possível graças à amabilidade do convite que aqui me trouxe, é a mais acertada nas relações entre o Estado e a Nação. É por meio de mecanismos de conhecimento recíproco, de diálogo e de entendimento que todos poderemos compor uma só e única força, voltada para os interesses maiores e permanentes de toda a Nação.